



Sábado

29

JUNHO

1974

ANO II

N.º 61

PREÇO AVULSO: 2550

Semanário Regionalista

Vila Viçosa Portugal

AVENÇA

DELEGAÇÃO EM ÉVORA:

Rua João de Deus, 66, 1.º — APARTADO 64 — Telef. 2 41 51

SEDE DA ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO:

Zona de Urbanização a Sul do Mercado, Lote 2 — Telef. 4 21 13 (P.F.C.)

ASSINATURAS:

Ao preço avulso. Estrangeiro, mais 1800 por número. Recibo à cobrança (só no continente): mais 7550.

## MENSAGEM AOS PORTUGUESES DO ULTRAMAR

Mensagem do Ministro da Coordenação Interterritorial, Dr. António de Almeida Santos, aos Portugueses do Ultramar, em 17 de Maio de 1974.

1 — Não creio que pudesse iniciar as funções de Ministro da Coordenação Interterritorial por forma que comigo mais se identificasse do que envolver na mesma saudação, que gostaria de resumir num mesmo abraço, as populações do Ultramar. Dispensar-me de acrescentar que o faço sem distinção de qualquer ordem, porquanto posso um democrata dispensar-se a ênfase dos princípios insitos no próprio ideal democrático.

Estou consciente das dificuldades e da magnitude da tarefa que me incumbe. Em face delas — embora não só — sinto-me infinitamente pequeno e humilde. Mas exactamente porque não é fácil, seria sempre difícil recusar-me a ela. A verdade é que as gloriosas forças armadas arriscaram a vida — supremo bem — para reoutorgarem ao país a liberdade. Arrisco algo menos.

Venho de alma aberta e de coração lavado. Acredito nos homens e procurei viver sempre em consonância com o ideal da fraternidade. Se, em razão disso, vier a errar, terá sido, apesar de tudo, um belo erro.

Conheço as minhas limitações em todos os azimutes do mérito. Se algo reivindicar, é porém uma limitada capacidade de compreensão humana. Isto acentua correndo o risco de parecer presumido porque de algum modo julgo poder esse meu pendor ajudar-me na árdua tarefa de coordenar Territórios, que outra coisa não é do que tentar pôr de acordo os homens que neles habitam.

Ter ou não ter êxito depende de factores que me transcendem. Por isso nada mais posso prometer, e menos ainda assegurar, do que uma total doação à tarefa de ajudar a construir um Portugal Novo, em total identificação com o programa do Movimento das Forças Armadas, erigido em lei transitória fundamental do País. Não um Portugal orgulhoso da sua escandalosa e solitária maneira de estar no mundo, mas um Portugal simplesmente coerente com a sua tradicional maneira de estar com ele. Não um país tutelado em nome da sua pretensa incapacidade cívica, mas um País reencontrado que quer reassumir a colectiva condução dos seus destinos. Para isso, dispomos desde já de um Presidente da República que se identifica com o Povo e o incarna. Dispomos também de um esquema — de que a honra da Junta de Salvação Nacional é fiel garante — que devolverá ao País, a termo certo, uma forma democrática de vida, aliás já de certo modo antecipada à sua mesma institucionalização. Dispomos ainda de um governo representativo dos mais expressivos sectores do pensamento nacional, presidido por uma das mais prestigiosas figuras

(CONTINUA NA PAGINA TRES)

# Frente Independente Alentejana

Portugal é o nosso País

## Comunicação II

A Frente Independente Alentejana comunica a todos os cidadãos que prosseguiu na semana finda os contactos com vista a alargar a sua acção a todos os concelhos do Alentejo e levar ao conhecimento dos simpatizantes a agenda de trabalho em curso.

A Frente Independente Alentejana continua a receber lisas subscritas de adesões vindas de todo o Alentejo e solicita aos simpatizantes deste movimento de opinião que nos remetam com urgência a identidade de mais subscritores ao documento programa já publicado.

A Frente Independente Alentejana preocupada com a ameaça

da crise de desemprego que é a voz corrente e atenta às palavras de advertência de Sua Excelência o Presidente da República, em Évora e nas Caldas da Rainha, apela para todos os empresários a fim de que evitem qualquer atitude de paralização que possa prejudicar a grande massa trabalhadora. E, apela, também, para os trabalhadores a fim de que, sem quebra das suas justas reivindicações ajudem a resolver com dignidade e leal colaboração o difícil momento que se atravessa.

A Frente Independente Alentejana deseja ver urgentemente legislados pelo Ministério do Trabalho os diplomas contratuais em discussão.

Em resposta a solicitações que visam o esclarecimento sobre a tomada de posição da Frente

Independente Alentejana, no actual momento político, informa-se que esta não constitui qualquer partido político.

— Aceita adesões de todos os cidadãos democratas que ainda não tenham tido oportunidade de escolher um partido político.

Mais se informa que a Frente Independente Alentejana prosseguirá a sua actividade até que a maioria dos seus simpatizantes haja aderido ao partido político da sua escolha, cessando nessa altura a sua missão mas desejando-se todavia, que permaneça nos seus simpatizantes o espírito democrático que ora nos norteia.

N. R. Correspondência para Évora, Rua do Raimundo, 93-97, ou Praça Joaquim António de Aguiar, 25.

## Professor

### Manuel Inácio Pestana

A seu pedido, foi exonerado e já cessou funções de presidente da Câmara Municipal de Portalegre o sr. prof. Manuel Inácio Pestana, nosso distinto amigo, colaborador valioso e dedicado, desde a primeira hora, deste jornal, dirigente honesto e capaz, inteiramente votado ao concelho de Portalegre, que dele muito esperava naquelas funções onde com geral agrado serviu durante breves meses.

«O Calipolense» saúda o sr. prof. Manuel Inácio Pestana e deseja-lhe que, no remanso da sua casa, da sua biblioteca e da sua escola, goze da muita paz que merece para continuar a sua útil e prestigiosa obra de intelectual e de professor emérito, ao serviço dos povos, que sempre amou. E o de Portalegre será sempre aquele que, por estar mais perto, com ele melhor poderá contar.

# Definição de fascista

O sr. Prof. Francisco Pereira de Moura, ministro sem pasta do Governo Provisório, presidiu em Trás-os-Montes a uma importante reunião de trabalhadores, que foi transmitida pela Televisão.

Em dada altura da sua comunicação o dirigente do Movimento Democrático Português explicou o que é fascista, com os seguintes exemplos:

«Mas como é que se há-de saber quem é e quem não é fascista? É muito fácil. Mesmo para alguns que não conheçam de trás — e estou convencido que de um modo geral os conhecem — aqueles que começam a dizer aos estudantes, aos jovens estudantes que têm de se submeter à autoridade do professor porque o professor é que manda tudo e o estudante tem de estar de boca calada — isso é fascismo.

«Quando um camponês chega ao hospital para ser tratado, para saber se está doente, para saber que tipo de doença é que tem, e lhe dizem que espere, que não tem importância, que se vá embora, que não é ali — isso é fascismo.

«Quando uma mulher chega a uma repartição pública porque precisa de tratar de um papel qualquer importante para uma pessoa de família e é maltratada, fica muito tempo à espera, não lhe ligam importância partem do princípio de que, por ser mulher, não conta — isso é fascismo.

Classificação tão simplista pode conduzir a excessos, levando pessoas mal intencionadas a apelidarem de fascista todo aquele que lhes faça o mais pequeno reparo, ou inclusivamente que não seja das suas simpatias ou cores políticas.

in «Linhas de Elvas»

Pensamos que foi Pereira de Moura e aquela sua definição de fascismo que inspirava a J. R. S. estas ponderadas palavras:

Não é isso

É pena que isto não vá em forma de carta, porque dava mais jeito. Mas o estilo em que se instalou este fragmento do jornal não puxa nada para esse gosto. De modo que vamos a afeiçoar ao modelo habitual o que iria muito mais facilmente no formulário do meu caro amigo, Lisboa tantos de tal. E como não se põe o nome, não leva endereço. Quem puder e quiser que tome para si em silêncio a carapuça, recusando-se a aceitá-la se vier algum mal intencionado a oferecer-lha em rosto, limpe-se lá a este guardanapo...

Sabe muito bem o destinatário quanto daqui se lhe vota estima, em que apreço se têm os seus dotes magistrais, como se apreciam as suas aptidões, há quantos anos nele se surpreendeu o seu certo apuro crítico, como por isso se teve «avant

(CONTINUA NA PAG. QUATRO)

## Muda a representação dos padeiros do Alto Alentejo

No passado dia 5 de Junho, o presidente, e no dia 14, o vice-presidente e o secretário da direcção do Grémio dos Industriais de Panificação dos Distritos de Évora e de Portalegre, respectivamente Gabriel Jacinto Primo Jaleco, Victor Manuel Farinha Gueifão e Francisco dos Santos Girão, apresentaram os seus pedidos de demissão daqueles cargos, continuando no entanto no

exercício de funções até serem substituídos.

Posteriormente, no dia 18, realizou-se em Évora uma assembleia magna de todos os industriais de panificação daqueles distritos, para democraticamente decidirem sobre problemas de interesse para a classe.

Compareceram para cima de 100 industriais.

Os trabalhos foram orientados por uma mesa livremente escolhida entre eles e constituída por eng.º Armando Telo da Gama, Rogério Talhante Carreteiro e Manuel Francisco Banha Romão, tendo ainda sido convidado para participar na mesa, para como presidente do Conselho Geral do Grémio prestar alguns esclarecimentos à assembleia, (CONTINUA NA PAG. QUATRO)





**NOTARIADO PORTUGUÊS  
CARTÓRIO NOTARIAL DE BORBA  
CERTIDÃO NARRATIVA**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que por escritura de vinte e nove de Abril do corrente ano, lavrada neste Cartório e exarada de folhas 38 a folhas 54 do livro de notas para escrituras diversas número B — trinta e cinco, foi constituída uma sociedade anónima na forma comercial e de responsabilidade limitada com a denominação de ETMA — Empresa Transformadora de Mármore do Alentejo com sede em Vila Viçosa, freguesia de Bencatel, no sítio das Cabanas, cujo artigo SEXTO tem a seguinte redacção

**ARTIGO SEXTO**

Número um: — A transmissão de acções entre vivos, para estranhos ao elenco dos sócios, qualquer que seja o título por que se opere, designadamente o da entrada para a realização do capital de qualquer sociedade fica sujeita ao consentimento prévio do Conselho de Administração.

Número dois: O accionista que pretender efectivar a transmissão, comunicará o seu propósito ao Conselho de Administração, por escrito expedido com aviso de recepção, no qual fornecerá todas as condições e cláusulas de negociação nomeadamente a pessoa que pretende adquiri-las e o preço se o houver.

Número três: Se o Conselho de Administração negar o consentimento para a transmissão, ficará obrigado na mesma deliberação a indicar o nome ou nomes de quem as adquirirá podendo a entidade adquirente ser a própria Sociedade.

Número quatro: A preferência pelas pessoas indicadas, ou pela própria Sociedade, exercer-se-á em princípio, pelo próprio preço indicado pelo alienante e nas mesmas condições de pagamento.

Número cinco: Desde que o Conselho de Administração entenda que o preço indicado é excessivo e que com ele se pretenda dificultar ou impedir o exercício do direito de preferência, a aquisição pela entidade indicada no número três será feita mediante o pagamento do preço justo e que for fixado por árbitros, sem prejuízo de imediatamente se pagar de uma só vez ou em prestações conforme as condições da negociação o valor que resultar do disposto no número seguinte.

Número seis: Anualmente a Assembleia Geral fixará mediante proposta conjunta dos Conselhos Fiscal e Administração, o valor que deverá ser atribuído a cada acção para efeitos da parte final do número anterior e do número doze, o qual vigorará enquanto outro não for eventualmente fixado.

Número sete: Se o Conselho de Administração não pretender adquirir as acções para a própria Sociedade, terão os sócios direito de preferência e nas demais condições fixadas neste artigo, na proporção das acções que ao tempo possuírem.

Número oito: Para efeitos da segunda parte do número anterior o Conselho de Administração dará conhecimento do facto a todos os accionistas, por escrito expedido com aviso de recepção, devendo estes responder se quiserem de modo a que aquele Conselho conheça as suas vontades, dentro de dez dias contados da recepção daquele escrito.

Número nove: Havendo algum accionista interessado na aquisição, não poderá o Conselho de Administração indicar pessoa estranha ao elenco de sócios; e se mais de um quiser adquirir haverá rateio, em função das acções que os interessados ao tempo possuírem.

Número dez: A arbitragem para efeitos do número cinco será feita por uma comissão composta por um membro designado pelo alienante, outro pelo Conselho de Administração e um terceiro escolhido por acordo daqueles dois.

Número onze: Logo que estiver concluída a arbitragem, proceder-se-á aos ajustamentos que se mostrarem indispensáveis, tidos então em conta os valores já pagos nos termos da parte final do número cinco.

Número doze: Se não for estipulado o preço em dinheiro, a aquisição pelos preferentes far-se-á pelo valor que resultar do disposto no número seis.

Número treze: Nenhum averbamento será ordenado pelo Conselho de Administração a favor de quem não haja adquirido acções com total observância do preceituado neste artigo, nem qualquer direito ou efeito lhe será reconhecido.

Número catorze: A falta de obtenção de qualquer resposta pelo alienante, no prazo de quarenta e cinco dias, contados da recepção da comunicação feita nos termos do número dois, dar-lhe-á o direito de proceder à alienação, respeitando todavia todo o conditionalismo que indicou ao Conselho de Administração.

É certidão de teor parcial que fiz extrair e vai conforme ao original a que me reporto, declarando que naparte omitida nada há em contrário que modifique, condicione, altere ou prejudique a parte transcrita.

Cartório Notarial de Borba, aos sete de Junho de mil novecentos e setenta e quatro.

O Notário,  
José Manuel Pinho  
Martins

**PARA OS NOSSOS POBRES CASAMENTO**

Recebemos do sr. Gregório dos Santos Carreto Gomes, nosso prezado amigo, estimado assinante e dedicado colaborador, a quantia de 200\$00, que, em nome dos beneficiados, agradecemos.

**FRANCISCO JOSÉ PEREIRINHA**

Passou recentemente pela nossa redacção para nos cumprimentar o nosso amigo sr. Francisco José Pereirinha, técnico de contas, a morar no Barreiro.

Agradecemos a gentileza.

**MANUEL DE JESUS LOPES (PALANGANA)**

Do sr. Francisco José Patuleia Simões, de Vila Viçosa, a morar em Setúbal, recebemos expressiva carta de agradecimentos, dirigidos a este jornal e ao artista Manuel Lopes (Palangana), a propósito das referências feitas a seu tio António Patuleia em artigo que recentemente publicámos.

Manuel Lopes escreveu-nos também, a pedir a rectificação daquele artigo onde, por lapso, saiu «Cravos do 1.º de Maio de 1970», quando devia ter sido «Cravos do 1.º de Maio de 1974».

Na verdade não faz sentido, como nos diz, caro Manuel Lopes, e, antes assim tivesse sido, como afirma... Eram menos — mais quatro anos... Cumprimentos.

Na igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa, realizou-se no passado dia 15 de Junho, o casamento de Claudina Rosa Tapadas Carronha, com o sr. Júlio António Almeida Bacalhau.

A noiva, de 23 anos, é filha do sr. Joaquim António Carronha e da sr.ª Joana da Conceição Tapadas, e o noivo, de 24 anos, é filho do sr. Eugénio Joaquim Coca Bacalhau e da sr.ª Virgínia Angélica Almeida. Aos noivos, apresentamos as nossas melhores felicitações, com votos de maior felicidade.

**CASAMENTO**

Na 6.ª Conservatória do Registo Civil de Lisboa, realizou-se no passado dia 14 de Junho o casamento da sr.ª D. Maria Vitória Rosado Silva Pereira, filha do sr. Hernâni Augusto da Silva Pereira e da sr.ª D. Maria das Dores Saldanha da Silveira Menezes Rosado Silva Pereira, já falecida, com o sr. Olavo de Oliveira Amaral d'Éça Leal, filho do sr. Olavo Correia Leite d'Éça Leal e da sr.ª D. Maria Angélica Oliveira Amaral.

Foram padrinhos a sr.ª D. Maria Joana Rosado Silva Pereira Moura Neto e o sr. Paulo Guilherme d'Éça Leal.

**NOVO ESCRIVÃO EM VILA VIÇOSA**

Foi nomeado escrivão de Direito do Tribunal Judicial de Vila Viçosa, o sr. Carlos Manuel Barreiro Luzio, vindo da comarca de Caldas da Rainha.

Cumprimentamo-lo e desejamos-lhe que venha alcançar na «Vila Museu» as maiores felicidades profissionais e pessoais.

**ANTÓNIO JOÃO JERÓNIMO XAVIER**

Este calipolense, que recentemente terminou a sua comissão de serviço militar em Moçambique, escreveu-nos a informar de que se tinha fixado ali, na cidade de Tete, como chefe de bares do Hotel Zambeze.

Agradecemos as saudações e oferta de préstimos que por nosso intermédio dirigiu a todos os calipolenses e bem assim ao jornal e seus colaboradores, e desejamos-lhe as maiores felicidades.

**NASCIMENTO**

No passado dia 17 de Junho, nasceu em Vila Viçosa, a menina Carla Cristina Simões Carona, filha da sr.ª D. Rosália Maria da Rocha Simões e do sr. André de Jesus Cabaço Carona.

É neta materna da sr.ª D. Olívia Maria e do sr. Manuel Simões e neta paterna da sr.ª D. Alda Maria Vermelho Cabaço e do sr. Joaquim José Carona.

Ao bebé desejamos uma vida longa e muito feliz.

Aos pais e avós os nossos parabéns.

**FALECIMENTO**

Faleceu no passado dia 17 de Junho, em Vila Viçosa, a sr.ª Alice Maria Almas, de 69 anos, casada com o sr. Damião Augusto Fernandes Canhão, nosso estimado assinante.

Era filha dos srs. António José Almas e de António Maria Caleço. A família enlutada apresentamos sentidas condolências.

**FAZEM ANOS:**

- Em 29 de Junho:  
Dr. Jeremias do Carmo Silva Toscano;
- Major Manuel Francisco Cordeiro.
- Em 30 Junho:  
Caetano Soldado
- José António Rodrigues Travassos
- Maria João Bilro Cabreirinha
- Narcisa Amélia Jorge Ventura
- Em 1 de Julho:  
Filipe Nery Cunhal de Almeida
- Em 2 de Julho:  
Maria José Fraústio Ferreira
- Em 3 de Julho:  
João Caetano Bragança
- Joaquim António Ferrão Talhinhas
- Em 4 de Julho:  
Artur Mário Quintas Capitão
- Maria José Pacifico Rebocho
- Em 5 de Julho:  
Maria Manuela Ferrão Talhinhas.
- Em 8 de Julho:  
Maria de Fátima Júlio Maurício
- Em 9 de Julho:  
Maria Luísa Maurício Capitão
- Victor Toscano Machado
- Em 10 de Julho:  
João José Fona Rosa
- João da Cruz Farinha
- Em 11 de Julho:  
Maria Antónia Padilha
- Em 12 de Julho:  
Maria da Conceição Bilro Marchana
- Em 13 de Julho:  
Carlos Alberto Figueiredo Catela
- Inocência Bilro
- Prof. Manuel João Janeiro Ródão
- Em 14 de Julho:  
Guilhermina Ferrão Vilas-Boas.
- Parabéns.

**ALVICUBA, LDA.**

**OFERECE-LHE:**

MAQUINAS DE LAVAR, desde	5 600\$00
FRIGORIFICOS, desde	3 450\$00
TELEVISORES, desde	5 850\$00
RÁDIOS COM GIRADISCOS ESTEREOFÓNICOS desde	2 750\$00
DISCOS L. P., desde	55\$00
ASPIRADORES, desde	1 650\$00
ENCERADORAS, desde	1 600\$00
FOGÕES A GÁS, desde	1 195\$00
ESQUENTADORES A GÁS, desde	1 995\$00

*e muitos outros artigos...*

**NOS SEUS ESTABELECIMENTOS EM**

VILA VIÇOSA - Tels. 4 22 50/4 21 02 ★ ESTREMOZ - Tel. 508

Prefira as melhores marcas:

CANDY — ZANUSSI — FAGOR — KELVINATOR  
PHILIPS — GRUNDIG — OLIVA, ETC.

**MILHÓLEO**

óleo puro de germen de milho extraído por pressão

rico em ácidos gordos poli-insaturados

**Consulte o seu médico**

e saberá porque deve preferir este óleo alimentar

**MOAGENS ASSOCIADAS, S.A. R. L.**

ALHANDRA

SEDE — Avenida da Liberdade, 870

LISBOA



# MENSAGEM AOS PORTUGUESES DO ULTRAMAR

(CONTINUAÇÃO DA PAG. 1)

ras nacionais. Dispomos enfim de um povo magnífico, que outro melhor não há, humanizado pelo sofrimento e sublimado por uma longa espera daquilo com que mais genuinamente se identifica.

2 — Não se há-de estranhar que o Ministro da Coordenação Interterritorial não abra o dossier do seu Ministério com o enunciado de um suficiente e acabado programa de governo próprio. Isso que hoje quase toda a gente traz no bolso da sua boa vontade — um programa indiscutível de salvação nacional — não o traz o Ministro. Não, decerto, por carência de ideias próprias, algumas delas longamente meditadas e até penosamente expressas. Mas basicamente porque entende que, democrático, é definir programa de governo depois de tanto quanto possível, terem sido consultados aqueles a quem especificamente se dirigem. Chama-se a isso democracia. E se é certo que ainda não dispomos das instituições que nos hão-de permitir o apuramento — directo ou por via de representação — da vontade colectiva, podemos desde já antecipar precárias formas de consulta directa, que sem risco de inversão do exercício do poder, de algum modo ponham em acto os expedientes legais democráticos para que se tende.

Vale isto dizer que, tão só com as limitações dos esforços imediatos para a paz, que o Governo Provisório tem por prioritários, e dos quais, pela natureza das minhas funções, uma parcela me cabe, considero imperativo indeclinável, antes de mais, ir ao Ultramar — de momento a Moçambique e a Angola — ouvir os que nele vivem. Isso que nunca se fez — dialogar — vai ser feito empenhadamente a todos os níveis.

Aparecerei, pois, muito em breve e sem prévio aviso para uma proveitosa safra de sugestões que constituirão um precioso capital de acerto. Entre os temas da conversa a travar figurará a averiguação do que pensam as populações de Angola e de Moçambique sobre quem possa ou deva ser o seu próximo Governador-Geral e os respectivos Secretários Provinciais já que o Governo Provisório, ainda que em prejuízo da extrema urgência da sua nomeação, faz questão em os não nomear sem previamente tentar auscultar o que sobre isso pensam os mais representativos cidadãos de todas as camadas sociais e de todos os sectores ideológicos. Outros problemas fundamentais, de exequibilidade imediata, terão agora, e tanto quanto possível habitualmente, o mesmo tratamento.

3 — Não desconheço que a preocupação fundamental das populações a que me dirijo, reside na guerra angustiante que herdamos do anterior regime e que há mais de uma década mancha de sangue a paz portuguesa. Essa guerra — é preciso que todos o saibamos — foi teimosamente mantida, contra as constantes reivindicações do povo português, até à raia do suicídio socio-político da Nação. Que os que tendam a considerar hoje em risco prerrogativas — económicas ou outras — que antes de 25 de Abril aparentassem ter assento estável na força e na morte, se convençam de uma vez por todas de que, ao realinhar pela civilização e pela consciência universal, e ao fazer agulha para os trilhos da paz e da convivência harmoniosa, o regime que nos veio com a primavera das forças armadas e da natureza, de nada os privou que ainda tivessem, e muitos lhes restituiu já sobre o risco da sua perda irreversível. Perderam-se as aparências que disfarçavam apocalipses. Ganharam-se certezas e potencialidades a breve trecho definidoras daquilo que, sem falsas ilusões, cada um pode esperar e conseguir.

A este respeito, permita-se-me que não seja derrotista. Recuso-me, com efeito, a admitir que, ao fim de longos anos de luta esgotante, sem finalidade e sem élan, em que — estou certo — não participou verdadeiramente o coração dos que lutam, não sejamos capazes de encontrar sucedâneos políticos, económicos e sociais para o conflito armado. Para que tal admitisse, forçoso seria que os responsáveis pelos movimentos de libertação não tivessem razões para acreditar na honrabilidade e na rectidão de intenções dos actuais governantes portugueses. Menosprezariam a liberdade, confundindo um povo livre com um povo escravo. Pois de balde se cogitará de procurar no colégio dirigente, desde Sua Excelência o Presidente da República, ao mais jovem Subsecretário de Estado alguém que, antes mesmo do sol de Abril, se não tenha afirmado defensor do direito dos povos à autodeterminação dos seus destinos além de paladinos da democracia e da paz.

Ai temos o direito à autodeterminação finalmente promovido a programa de governo, a democratização do país como movimento sem recuo, e a paz erigida em preocupação fundamental, obsediante, imediatamente traduzida nos primeiros actos do Governo Provisório, e, já antes, da Junta de Salvação Nacional.

No notável discurso programático proferido no acto da posse do Governo Provisório, Sua Excelência o Presidente da República emprestou a honrabilidade do seu nome e o aval da sua farda à enfática reafirmação do direito dos povos à autodeterminação segundo um amplo leque de soluções-tipo. Que entre essas soluções possa estar, senão mesmo deva estar, incluída uma pos-

sível opção pela total independência, é o que não vejo como possa alguém colocar em séria dúvida. Compreendo igualmente os que desejam um reconhecimento imediato, e de pleno, do direito à independência, saltando por sobre o esquema autodeterminante, e os que, egoisticamente, alimentam ainda a esperança de que, por habilidades demagógicas, o Governo encontre uma via para dilatar no tempo os actuais equilíbrios político-económicos. Entre os motivos da complexidade do problema está a sua diversa configuração quando visto do ângulo dos portugueses africanos e europeus, e quanto a estes, do ângulo dos europeus radicados no Ultramar e na Metrópole. Não vislumbro caminho que possa satisfazer simultânea e igualmente a todos. Uma coisa é certa: o Governo Português é o Governo de todos os portugueses. E não pode senão tentar soluções do ângulo de uma justiça global, ou quando muito étnica e regionalmente ponderada, que comporta decerto o sacrifício de alguns, senão mesmo, em certa medida, das imediatas aspirações de todos.

Tanto quanto importa é que sejamos honrados e procedamos de boa fé, na busca negociada dos caminhos do futuro. No dia em que conosco se sentarem à mesma mesa (seria frustrante que isso não viesse a acontecer muito em breve) os que hoje ainda lutam de armas na mão ficarão surpreendidos com o País e os homens que se lhes deparam, e considerarão desnecessário o prosseguimento dessa luta. Repito que creio no homem e na força criativa do diálogo. Teria de admitir a falência de um e de outro se, estando tão próximos, não fôssemos capazes de um fraterno aperto de mão.

Pessoalmente, a minha abertura ao diálogo, vem de longe. No Governo Provisório não sou senão um entre pares que, sem excepção, o consideram um imperativo de consciência antes mesmo de o considerarem o único sucedâneo realista da guerra.

O respeito devido aos nossos presumíveis interlocutores leva-me a, de momento, não adiantar pontos de vista dialogáveis. Outra atitude não seria consentânea com a nossa predisposição para conversarmos sem ardis — supondo-os viáveis — e sem irreduzibilidades prejudiciais. À volta da mesma mesa, cruzaremos mútuas apreensões e ansiedades, e havemos de encontrar — disso não duvido — os nossos esquemas do futuro. O Governo Provisório, sob a inspecção de um Presidente da República que, para nosso bem, tem da guerra e dos seus problemas, uma brilhante experiência vivida, está consciente das suas responsabilidades perante as populações em confronto. Todos podem estar seguros de que, nas históricas decisões a tomar, os responsáveis curarão de evitar uma catástrofe aceitando a preço de outra catástrofe. As vidas e os bens das minorias, como os direitos fundamentais das maiorias serão, não só acautelados, como objecto de constante e fundamental preocupação.

Faço esta afirmação, não tanto porque a julgo necessária, mas porque, se há algo de que eu tenha medo é do próprio medo. Em si, e sobretudo se graduado em pânico, ele conduz em linha recta ao ressentimento, ao ódio e à violência. A paz começa em cada um de nós. E porque começa, faz-se mister que os residentes no Ultramar, quaisquer que sejam, se mantenham serenos, ainda que legitimamente expectantes.

Aquele que, por ressentimento ou insegurança, por palavras ou actos, provoque ou pratique violências desnecessárias, é inimigo do homem e da paz.

O que nos une é mais e mais forte do que o que nos separa. Separa-nos a perduração de algumas excrescências do anterior regime não susceptíveis de imediata desmontagem, quando não, por vezes, a simples recordação de realidades ultrapassadas. Unem-nos afinidades de vária ordem que seria pena não salvaguardar, senão mesmo estimular. Quando menos, haveria sempre de unir-nos uma comunhão interpenetrada de dificuldades e ansiedades e sobre tudo a circunstância de podermos discutir as nossas amarguras e esperanças na maravilhosa língua portuguesa.

Se quisermos ser realistas, logo concluiremos que, com todos os seus erros, a era colonial produziu equilíbrios que só na base de uma lúcida cooperação concertada podem deixar de ser abruptamente subvertidos. A ninguém aproveita o caos. O importante, de momento, são os princípios e a sua definição. Já basicamente, foram definidos. Terão, reconheço-o, de ser completados. A sua execução, na forma simultaneamente audaz e prudente que vier a ser pactuada, não será embaraçada se se saldar numa sequência de actos honestos e construtivos. Tão depressa e audazmente quanto possível, e apenas tão devagar e prudentemente quanto em absoluto necessário, eis uma fórmula que — aceites os princípios, repito — pode talvez grangear a aceitação de interlocutores realistas e práticos.

Tenhamos esperança: Os nossos problemas, agudizados até ao ponto crítico da perda da paz, não passam, afinal, da agonia de um mundo que no Portugal Metropolitano morreu em 25 de Abril. Passemos-lhe também no Ultramar, onde esses problemas ainda subsistem, já sem passarem pelo coração dos homens, uma definitiva e implacável certidão de óbito. Empenho nisso a minha palavra e a minha honra.

## “O Calipolense”

1. Por lapso que lamentamos e pelo qual apresentamos desculpas, o nosso jornal do passado dia 22, a que correspondia o n.º 60, saíu com o n.º 59, que pertenceu ao anterior. Esta além de outras gralhas, de que em tamanha profusão começávamos a nos desabituarmos, e vieram por descuido ensombrar leitores, colaboradores e a nós próprios.

2. Ao contrário do que chegámos a recear, o nosso jornal saí esta semana, mas não podemos garantir a sua publicação na próxima. Estamos a lutar com dificuldades comuns a todos os jornais, que nos levam a encarar a hipótese de, até à sua completa solução, passarmos a publicar este jornal apenas de quinze em quinze dias. Parece-nos preferível à incerteza de regularidade com que presentemente o estamos a publicar. E para qualquer falta, que nas contas de assinaturas nunca prejudicará os nossos estimados assinantes, aqui deixamos a prevenção. Portanto, amigo leitor, não estranhe quando nalguma semana não receber «O Calipolense», mas fique com a certeza de que nos estamos esforçando no sentido de cedo lhe assegurarmos a sua presença semanal em sua casa.

3. Estamos a enviar recibos à cobrança através dos C. T. T., muito agradecendo aos senhores assinantes o favor da sua liquidação.

## Propriedades vendem-se

AO ÁLAMO, perto de Vila Viçosa:

Um ferragal e antigo telheiro, dispendo de fácil captação de água, para rega ou indústria.

À DORNA:

Um olival com cerca de 600 oliveiras.

Trata: António Paixão Mourão, Rua Duarte Galvão, 46, 5.º, Dt.º — LISBOA-4.

## Artes plásticas?

Marque Lisboa 70 43 04  
GREGÓRIO GOMES

## CORRESPONDÊNCIA, POESIA

### E POSTAIS ILUSTRADOS

#### TROCAM:

Linda Maria Costa Gomes  
Travessa Afonso Henriques, 7  
SESIMBRA

Maria Helena Moreira Rato  
Av. Guerra Junqueiro, 11, cave, dt.º  
LISBOA

N. R. «O Calipolense» aceita e publica gratuitamente nomes e moradas nesta secção.



(CONT. DA PAGINA 1)

Francisco Custódio de Vale de Gato.

Antes de se entrar na ordem dos trabalhos para que havia sido promovida a reunião, foram discutidos vários assuntos respeitantes à actual crise económica que atravessa a indústria de panificação.

Entrando-se depois na ordem dos trabalhos procedeu-se à eleição de uma comissão de industriais que irá promover a transformação do Grémio em associação livre de classe e em conjunto com representações de associações congéneres do País debater a nível governamental os problemas que mais preocupam de momento todos os industriais de panificação, como sejam os que respeitam a novos contratos colectivos de trabalho, salários mínimos e taxa de panificação. A comissão ficou assim constituída: Rogério Talhante Carreiro, Manuel Francisco Banha Romão, Francisco Custódio de Vale de Gato, João da Cruz Farinha, Augusto José Godinho e José Joaquim Galvão Marujo.

A reunião decorreu em elevado nível de civismo, indo agora a comissão eleita começar a trabalhar para atingir os objectivos que se propõe.

*É curioso verificar que os industriais presentes, tendo conseguido saber quais os nomes em que os directores de-*

*missionários, participando nesta assembleia como simples industriais, iriam votar, votaram, em número esmagador, nesses mesmos nomes, que foram os eleitos numa afirmação de confiança e solidariedade para*

*com a direcção do Grémio, que nesta data se mantém ainda em exercício, mas só na gerência do próprio Organismo, dado que a representação da classe foi imediatamente deferida à comissão eleita.*

## Respondendo aos leitores...

DIZEMOS:

Manuel João Jardim — Almada: — Tem o seu jornal pago até ao n.º 66. Pelo correio vamos enviar-lhe o recibo do pagamento do anúncio.

D. Maria Adélna Ramalho Ferreira — Porto: — Tomámos nota. Desejamos-lhe, e a todos os seus, boas férias.

Francisco José Patuleia Simões — Setúbal: — Agradecemos a sua carta. Noutro local referimos o seu agradecimento, que nos sensibilizou.

António João Jerónimo Xavier — Tete — Moçambique: — Passámos logo a enviar-lhe o jornal para o novo endereço. Nesta data a sua conta de assinatura acusa um débito de 100\$00.

INFORMAMOS:

Liquidaram-nos as suas assinaturas através do correio, mais os seguintes assinantes:

Joaquim José Feijão Pina — Lisboa: — Até ao n.º 86.

D. Maria de Fátima Lobo Cordeiro Boavida — Lisboa: — Até ao n.º 66.

Eusébio António Mesuras Caronha — Baixa da Banheira: — Até ao n.º 65.

António João Chamorrinha — Setúbal: — Até ao n.º 88.

Francisco José Pereirinha — Barreiro: — Até ao fim do corrente ano.

José Joaquim Quintas — Barreiro: — Até ao n.º 76.

António Francisco Lapa Fradique — Pegões Velho: — Até ao n.º 60.

Inácio Silva Santana — Feijó: — Até ao n.º 88.

Francisco António David Soares — Évora: — Até ao n.º 70.

Gregório dos Santos Carrêto Gomes — Lisboa: — Até ao n.º 100.

António Luís Ovelha do Espírito Santo — S. Pedro do Estoril: — Até ao fim do corrente ano, ficando com um saldo de 10\$00 a seu favor, para 1975.

A todos cumprimentamos, com amizade.

## NOTA DA SEMANA

### BENTO DE JESUS CARAÇA

Bento de Jesus Caraça, calipolense dos mais ilustres de todos os tempos, dele já se pode falar livremente. Vila Viçosa, terra que o viu nascer, deve-lhe homenagem e consagração condignas, que agora livremente poderá pagar.

Desejamos ver o seu nome na Rua mais linda da «Vila Florida», da «Vila Museu», em placa do mais belo mármore desta terra, com letras gravadas por artistas daqui e por eles pintadas a tinta de ouro.

O povo de Vila Viçosa saberá sempre merecer Bento de Jesus Caraça, homem simples, trabalhador, génio; os calipolenses saberão agora honrá-lo, disciplinadamente, com ordem, como ele sempre viveu na sua maravilhosa simplicidade de homem transcendente.

G. J.

# Relatório de um povo desperto

O Povo triunfou sobre a ditadura. Não quer isto dizer que venceu.

Foi, contudo, feito o relatório da sua existência; aqui fica.

PORTUGAL, APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974

Eu, Povo, me confesso Relatório da minha existência:

Antes do 25 de Abril

Voz — Quem és tu, Povo?  
Povo — Eu?  
Poderei definir quem eu sou?  
Talvez tu saibas responder-me.

Afinal, não és tu a Voz da Razão?

Voz — Sou. Mas não te responderei.

Tu terás que afastar a escuridão que envolve a tua cabeça, que só serve para pôr o chapéu. Tens que acordar. Tens que, por ti próprio, descobrires a verdade que procuras.

Mas vou dar-te uma ajuda. Vives subjugado?

Povo — Bem, na realidade sinto os meus membros inferiores paralizados e os superiores amarrados pelos tentáculos da hipocrisia e da desonestidade.

Mas... porque me sucede isto?

Voz — Mais tarde, poderás chegar a conclusões válidas. Antes, porém, gostaria de te perguntar se estás consciente do que afirmas. Sabes se, na realidade, não és tu o culpado do teu estado actual?

Quem tem a razão do seu lado?

POR

JOY BARROS

Povo — Responder-te-ei, embora indirectamente.

Gostaria no entanto, de fazer um pequeno preâmbulo:

Nasci há muitos séculos atrás O Mundo, a Natureza, eram a sociedade onde me integrava. Eu era algo inexperiente. Por forças das circunstâncias, juntei todas as moléculas dispersas, (moléculas essas, alcunhada de homens, por essas mesmas moléculas).

A experiência mostrou-me que assim poderia ser mais forte triunfar sobre os perigos e adversidades que, porventura, surgissem.

Tentei impor regras honestas; semei a paz para recolher ternura, carinho e amor. Alguém houve que espezinhou a minha obra e semeou a guerra, recolhendo a desordem, a desconfiança e a inimizade.

Tentei remediar o mal criando a minha filosofia que, prontamente foi anulada com o dinheiro tirânico. Apareceu o lucro e com ele o egoísmo. Da sementeira do mal colheu-se um novo mundo. Intitulei-me de molécula e alguém me assambarcou a designação, relegan-

do-me para a qualidade de átomo. Passei a não comportar as propriedades do expoente máximo do mundo. Traduzindo a palavra propriedades por direitos, perdi a maior de todas: a liberdade. Era livre; vivia como a Mãe Natureza me ensinara. Cortaram-me as pernas e as mãos impedindo-me de realizar; aprisionaram-se o coração impedindo-me de «sentir».

Sabes?  
Estou a morrer.

Voz — Não morrerás. Prometo-te.

Correrá sangue de novo no teu coração. O átomo crescerá, igualará a molécula e superá-la-á.

Os humildes triunfarão porque são o povo; o povo é a razão; e a razão é Deus, a verdade da vida.

Povo — Mas como será isso possível?

Voz — Olha, Povo. A Natureza, ao nascer, quedou-se num sono que sem ser eterno, está-se a tornar prolongado. Foi ela que deu à luz o Mundo; é a ela a soberana do Universo. É ela a soberana da razão.

Povo — Mas... e Deus?

Voz — Não tentemos desvendar o ilógico.

Deus é, dentro da lógica-realidade, uma impossível certeza que, mesmo a inteligência da molécula mais sábia não alcança.

Mas voltemos ao nosso problema...

Quando a Mãe Natureza acordar, modificará o lógico das presumíveis moléculas na lógica da verdade. Ela que iniciou o belo e a beleza em todos os verdadeiros corações-moleculares, não suportará o feio, o obscuro.

Povo — Mas...  
Voz — Mas... nada!

Tu vives ainda a tua infância... e já não és uma criança. És um jovem.

Ainda estás no princípio da tua vida. Mas precisa de começares a amadurecer, a tornar-te responsável.

Confiaste demasiado nos frutos da tua sementeira, sem te lembrares que, por vezes, por influências estranhas, do bom sai mau. Mas tu, em parte, tinhas razão ao confiares na tua obra: do verdadeiro bom nasce um excepcional óptimo. No entanto, por vezes, pensam semear com sementes más, e depara-se-nos a semente podre e corrompida.

Pecaste por falta de experiência. A integridade venceu-te. Enganaste-te.

Povo — Tens razão. Reconheço o meu erro.

Começo a acordar de um sono prolongado. Embra ensonado, desperto, ressurgio para a vida.

Preciso de um reanimante: talvez água fria.

Sim, isso. Dêem-me água...

Voz — Não é preciso. Só inteligência e bom senso será necessário.

Não muitos meses se passaram...

Após o 25 de Abril

Povo — A Voz da Razão lava verdade.

Venci.

Hoje sou livre. Sou responsável.

Fim do relatório:

Para que outros Povos oprimidos, sigam o meu exemplo. De cravos vermelhos ou brancos a Voz da Razão terá sempre...

Assinatura:  
O Povo unido  
jamais será vencido

## Definição de fascista

(Continuado da página UM)

la lettre» a intenção de atrair a sua penetrante capacidade de análise, naturalmente bem sabe mas aqui se certifica com que medida de interesse eram lidos por nós também os doutos pareceres que assinava como relator escolhido. Sem falar de livros de fundo, porque aí, então, era o professor, claro que era.

Mas veio depois a outra face da vida, o magistério que subiu dos limitados auditórios da cátedra até aos grandes arraiais em torno da tribuna montada na praça pública: longa caminhada percorrida em passo mansinho mas cadenciado que significa uma determinação firme apontando para um alvo inevitável, a descoberta de uma militância capaz mesmo de sacrifício e geradora de admiração pela certeza que se ia desenhando e verificando. Foi a experiência tentada e conseguida pelo homem de gabinete que quis envender a toga de tribuno popular.

Nobre magistério esse que escolheu. Era a esperança de que esse novo magistério se erguia no pendão da dignificação, traria consigo

as ideias claras expressas num vocabulário simples mas rigoroso, a teoria explicada numa conversa acessível a pessoas ávidas de entender, puxando a si em vez de descer a elas. Mas aquele discurso de que a indiscreta TV nos trouxe a casa o desfecho, com os arroubos finais «scandés» com «slogans» oferecidos ao exercício colectivo, que havemos em justiça de pensar dele, tamanha foi a distância?

Falar direito, mesmo que seja contra a corrente de tudo, mesmo da afectuosa estima que não se perturbava pela crítica, se é um programa obriga inevitavelmente, ainda que seja com desgosto. Mas pensa-se que as palavras precisas não são aquelas, nem aquelas as atitudes, que bem parecem ao invés do apostolado pretendido dos responsáveis. Com a mesma desmesurada facilidade se poderia concluir que «isso é fascismo» se não fosse mais justo dizer que é demagogismo. Para falar a verdade, não é disso que nesta hora de dúvidas mais carece o nosso bem atormentado país.

J. R. S.

in «República»